

UNIVS
CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DA UNIVS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TRABALHO PSICOSSOCIAL NA EDUCAÇÃO

CÍCERO LUAN FARIAS COSTA
MARIA EUGÊNIA SILVESTRE

**O ENSINO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

ICÓ-CE
2025

**CÍCERO LUAN FARIAS COSTA
MARIA EUGÊNIA SILVESTRE**

**O ENSINO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO
ENSINO FUNDAMENTAL II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação pelo Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a obtenção do Grau de Especialista.
Orientador: Prof^ª. Esp. Maria Erilúcia Cruz Mâcedo.

O ENSINO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Cícero Luan Farias Costa ¹
Maria Eugênia Silvestre ²
Maria Erilúcia Cruz Mâcedo ³

RESUMO

A Deficiência Intelectual é uma condição caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo. O presente estudo aborda o ensino para o aluno com deficiência intelectual em escola pública municipal de ensino fundamental. Tendo como objetivo descrever as ações para o atendimento ao aluno com deficiência intelectual em escola pública municipal de ensino fundamental II, elucidar sobre deficiência Intelectual de estudantes do ensino fundamental como também apresentando a relevância de projetos e intervenções para o ensino fundamental desenvolvidos por municípios. Nesse sentido realizou-se uma pesquisa bibliográfica, narrativa, descritiva com abordagem qualitativa, o texto é fundamentado em discussões dos autores sobre a temática, extraídas de artigos de portais eletrônicos. Conclui-se portanto que intervenções adaptadas e planejadas, refletindo sobre as necessidades específicas a cada estudante mostrou-se favorável a um aprendizado significativo. Entendendo-se que os debates aqui levantados são relevantes para incentivar professores e gestores das escolas a buscar novas formas de inclusão ao aluno para que ele sintam-se acolhido e motivado a permanecer no ambiente escolar.

Palavras-Chave: deficiência intelectual; estudante; ensino fundamental; projetos.

ABSTRACT

Intellectual disability is a condition characterized by significant limitations in both intellectual functioning and adaptive behavior. This study deals with the teaching of students with intellectual disabilities in a municipal public elementary school. Its objective is to describe the actions taken to assist students with intellectual disabilities in a municipal public elementary school, to elucidate the intellectual disabilities of elementary school students and to present the relevance of projects and interventions developed by municipalities for elementary schools. In this sense, a bibliographical, narrative, descriptive research with a qualitative approach was carried out, the text is based on the authors' discussions on the subject, extracted from articles from electronic portals. The conclusion is that adapted and planned interventions, reflecting on the specific needs of each student, have proved to be favorable to meaningful learning. The debates raised here are relevant to encouraging teachers and school managers to seek new ways of including students so that they feel welcomed and motivated to remain in the school environment.

Key Words: Intellectual Disability; Student; Primary Education; Projects .

1. Discente do Programa de Pós-Graduação Trabalho Psicossocial na Educação. Centro Universitário Vale do Salgado
2. Discente do Programa de Pós-Graduação Trabalho Psicossocial na Educação. Centro Universitário Vale do Salgado
3. Orientadora do Programa de Pós-Graduação Trabalho Psicossocial na Educação. Centro Universitário Vale do Salgado

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência na escola regular teve um aumento significativo nos últimos anos, após a criação de leis e decretos reconhecerem o seu direito de participarem com outros que não possuem deficiência no mesmo espaço escolar. Não obstante, percebe-se que há uma resistência de serem incluídos com equidade nesse ambiente, mesmo assegurados os seus direitos de permanência, conforme a Política Nacional de Educação Especial (2008), que observa que a escola tem que se organizar para promover esse atendimento.

Embasado no reconhecimento da inclusão, e na necessidade de fortalecer os espaços de conhecimentos, tem como problemática os projetos como forma de intervenção de professores para atender o aluno com deficiência intelectual na escola.

Para responder a essa indagação, tem como objetivo descrever as ações para o atendimento ao aluno com deficiência intelectual em escola pública municipal de ensino fundamental II, elucidar sobre deficiência Intelectual de estudantes do ensino fundamental como também apresentando a relevância de projetos e intervenções para o ensino fundamental desenvolvidos por municípios.

A relevância para pesquisar esse tema demandou das vivências familiares com pessoas com Deficiência Intelectual, percebendo o empenho dessas, mesmo de uma forma mais complexa, vão conseguindo alcançar os seus propósitos, sendo conhecedoras das suas limitações e particularidades.

Esse estudo possui caráter bibliográfico, narrativo, visto que possui contribuições de autores com artigos e publicações sobre o assunto estudado. Classificada como descritiva, uma vez que foi descrito e apresentados ações e projetos, no ensino fundamental II, atendendo demandas do aluno com Deficiência Intelectual (Cervo; Bervian; Silva, 2007). Tem abordagem qualitativa, que desdobra vários questionamentos, que não poderia ser explicada no aspecto quantitativo, pois seria insuficiente, visto que trabalha com diversos significados dentre as relações humanas. (Minayo, 2015).

Foram utilizados artigos de plataformas como o Portal Scielo, o Portal de Periódicos CAPES, o Google Acadêmico dentre outros, bem como clássicos da literatura.

Tem aspecto valorativo de cunho social, educacional e político para as comunidades alvo dessa pesquisa, para guiar mediações e a elaboração de políticas públicas, e futuras pesquisas.

2.1 CONHECENDO A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)

A Deficiência Intelectual (DI): “é uma condição caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo que se origina antes dos 22 anos”, considerada essa a fase de desenvolvimento de acordo com Associação Americana sobre Deficiências Intelectuais e do Desenvolvimento [*American Association on Intellectual and Developmental Disabilities – AAIDD*] (AAIDD, 2024). Apresentando desde o início da infância, déficits em:

Função intelectual (p. ex., de raciocínio, planejamento e resolução de problemas, pensamento abstrato, aprendizagem na escola ou com a experiência);
Função adaptativa (isto é, capacidade de atender os padrões apropriados à idade e condição sociocultural para o funcionamento independente nas atividades de vida diária)

Nesse sentido, Da Silva *et al.* (2022) acrescenta que a DI geralmente vem acompanhada de outros transtornos, devido a essa condição, apresentam maiores prejuízos, tanto nas habilidades cognitivas bem como nas sociais. Ressalta a relevância do diagnóstico para as futuras ações como terapias, uso de medicações, entre outros acompanhamentos com diversos profissionais especializados. Devem ser consideradas na identificação da DI, as competências teóricas, sociais e práticas, que envolvem autonomia, linguagem, escolarização, conhecimento sobre dinheiro, tempo e número, direção própria, discernimento social, autoestima, capacidade de resolver problemas sociais, cuidados pessoais, saúde, rotinas, segurança, dentre outros (AAIDD, 2024).

No § 1º parágrafo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência- Estatuto da Pessoa com Deficiência – (Lei Nº 13.146/2015), traz que quando houver necessidade de avaliar a deficiência, essa será realizada por uma equipe multiprofissional, observando os aspectos sociais, culturais, biológicos, cognitivos e psicológicos considerando: “I- os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II- os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III- a limitação no desempenho de atividades; e IV- a restrição de participação (Brasil, 2015)”.

Entre os que fazem parte da DI: Deficiência Intelectual (Transtorno do Desenvolvimento Intelectual), Atraso Global do Desenvolvimento, Deficiência Intelectual (Transtorno do Desenvolvimento Intelectual) Não Especificada, conforme o Manual

Diagnóstico E Estatístico De Transtornos Mentais (2014). Déficit de atenção/hiperatividade, distúrbios de aprendizagem e distúrbios do espectro autistas estão incluídos como transtornos do desenvolvimento, comorbidades relacionadas a esse tipo de deficiência.

O “cordão de girassol”, como é comumente chamado, é um símbolo em que a pessoa que porta esse cordão de fita com desenhos da flor amarela, tem deficiência oculta e tem a preferência no atendimento. Sendo instituído no Art.2º-A da Lei Nº 13.146/2015.

Brasil (2020) confirma que a luta contra o estigma da doença é percebido através dos inúmeros debates em favor das pessoas com deficiência, a confusão de inúmeras vezes serem tidos como mentalmente incapazes ao longo dos anos, e que esses foram decisivos para que o termo deficiência intelectual se sobrepusesse sobre o de deficiência mental.

2.2 O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A busca por uma educação inclusiva e de qualidade para crianças com deficiência tem se intensificado nas últimas décadas, é um campo em constante evolução, com uma rica base teórica que guia as práticas pedagógicas e as políticas educacionais. Historicamente, a deficiência era vista como um problema individual, localizado no corpo da pessoa. A educação era focada na reabilitação e na cura, com o objetivo de tornar o indivíduo com deficiência o mais "normal" possível.

No início do século XX, o psicólogo bielo-russo Vygotsky, desenvolveu a Teoria Sociocultural de Vygotsky, também conhecida como sociointeracionista ou socioconstrutivista, que enfatiza a importância das interações sociais e da cultura no desenvolvimento cognitivo. Sobre a zona de desenvolvimento:

A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentes em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de ‘_brotos’ ou ‘_flores’ do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento mental, retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento prospectivamente. (VYGOTSKY, 1994, p. 113).

Bruner (2001) segue a linha de pensamento de Vygotsky, ao enfatizar a importância da interação social e da mediação dos profissionais no processo de aprendizagem dos alunos. Ele também enfatiza o papel do meio ambiente em que participa e do educador para que a criança

tenha uma evolução muito além do seu nível de capacidade atual, desenvolvendo novas habilidades e conhecimentos. Isso significa que a aprendizagem é mais eficaz quando o aluno está situado numa zona de desenvolvimento proximal, ou seja, num campo de possibilidades que ainda não são suas, mas que ele pode atingir com o auxílio adequado de profissionais, por isso a mediação do educador é essencial para promover o avanço do estudante através dessa zona.

Carvalho (2019) destaca a relevância dessa inclusão no contexto escolar para a construção de uma sociedade mais equitativa, ressaltando que a convivência entre alunos com e sem deficiência favorece o desenvolvimento de valores como respeito e empatia.

No entanto, para que essa inclusão seja efetiva, é essencial que haja formação continuada para professores, recursos didáticos adequados e a adoção de práticas pedagógicas que respeitem o ritmo de aprendizagem do estudante (Mantoan, 2015).

Oliveira (2000), vem nos trazer que Vygotsky afirma que o desenvolvimento das crianças se dá de uma forma externa para interna, que significa que a criança é um espelho do meio externo e as suas características principais, dependem diretamente da interação pessoal do ser humano com o meio físico e social. E Piaget nos trás em sua teoria, acerca dos estágios do desenvolvimento cognitivo e resalta a importância de atividades que estimulem a construção do conhecimento pela própria criança. Ao adaptar as atividades às necessidades e ao ritmo de cada criança, torna -se possível promover seu desenvolvimento de forma significativa.

Crianças com deficiência são mais vulneráveis a problemas de saúde, como desnutrição crônica e infecções respiratórias, além de maior risco de sofrer violência e castigos físicos severos. A falta de serviços especializados em várias localidades agrava esses problemas, exigindo ações governamentais urgentes para eliminar barreiras físicas, atitudinais e sociais (UNICEF, 2021; Nações Unidas no Brasil, 2023).

Para garantir os direitos dessas crianças, especialistas destacam a importância de políticas intersetoriais que envolvam saúde, educação e proteção social. Além disso, é fundamental que famílias e comunidades conheçam os direitos garantidos por lei e exijam seu cumprimento, especialmente em casos de discriminação ou negligência (Crescer, 2023).

Avancini (2024) dispõe que a Conferência Nacional de Educação -CONAE em 2024 no Brasil, ampliou o conceito de educação inclusiva para abordar questões de desigualdade social, étnica e de gênero, além das relacionadas à deficiência. A proposta inclui sistemas educacionais mais inclusivos, formação de professores e monitoramento do acesso e permanência de crianças com deficiência na escola. Corroborado no Brasil, pela Lei

Brasileira de Inclusão (LBI) que estabelece que a educação deve ser inclusiva em todos os níveis, como de séries iniciais à graduação.

Embora leis como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Constituição Federal de 1988 no Brasil garantam direitos como matrícula em escolas regulares e atendimento educacional especializado, a prática muitas vezes não corresponde à teoria. Crianças com deficiência têm 49% mais chances de nunca frequentar a escola em comparação com aquelas sem deficiência. Além disso, políticas inclusivas ainda não atendem adequadamente às demandas da diversidade, especialmente em áreas mais vulneráveis (Crescer, 2023).

Contudo, autores destacam que, embora a legislação seja robusta, sua implementação prática é desafiada por infraestrutura deficiente, formação insuficiente de professores e falta de materiais adaptados. “A inclusão ainda esbarra em um sistema que não oferece suporte técnico e pedagógico adequado, deixando professores e alunos desamparados” (Silva; Carvalho, 2017, p. 85).

Para assegurar a validade do processo de aprendizado dessas crianças, é imprescindível implementar nas escolas um modelo de ensino especializado. Esta é caracterizada como "uma forma de ensino que abrange todos os níveis, fases e modalidades, oferecendo recursos e serviços, oferecendo assistência educacional especializada e fornecendo orientações sobre como utilizá-los no processo de ensino e aprendizado nas classes regulares do ensino" (BRASIL, 2008, p. 16).

A educação especial precisa assegurar serviços de suporte especializado destinados a remover obstáculos que possam dificultar o processo de escolarização de alunos com deficiência, distúrbios globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

2.3 PROJETOS MUNICIPAIS QUE VISAM ATENDER O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Silva (2020) confirma que os projetos municipais para atender estudantes com deficiência intelectual têm como objetivo promover a inclusão, a igualdade de oportunidades e o acesso ao conhecimento, respeitando as necessidades específicas de cada aluno. Para garantir que os alunos com deficiência intelectual recebam um atendimento de qualidade, muitos projetos municipais têm contratado ou qualificado profissionais especializados, como psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, com o objetivo de proporcionar um acompanhamento mais individualizado e eficaz.

Mantoan (2015), aponta que a educação, para ser eficaz, deve considerar as necessidades de cada aluno como um ser único e singular. A autora, uma das principais pesquisadoras sobre educação inclusiva no Brasil, enfatiza a importância da personalização no processo educacional, que é uma prática comum, adaptando os conteúdos e as formas de abordagem conforme as capacidades e interesses de cada aluno. O objetivo é proporcionar uma aprendizagem que respeite o ritmo do estudante.

Autores caracterizam a Deficiência Intelectual sendo, “limitações como funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, o que exige estratégias pedagógicas diferenciadas, apoio especializado e adaptações no ambiente escolar” (Silva; Pereira, 2021, p. 515).

Técnicas como o ensino baseado em projetos, atividades lúdicas e trabalho com materiais concretos ajudam a facilitar o aprendizado de conceitos abstratos, muitas cidades adotam metodologias ativas, como jogos educativos, oficinas práticas, para facilitar o aprendizado de conteúdos que são difíceis de entender por alunos com deficiência intelectual. Segundo Vygotsky (1994), o conhecimento é construído através da interação social e do envolvimento do aluno em atividades que coloquem em prática as suas capacidades, proporcionando o aprendizado em um contexto significativo. O ato de envolver os alunos em atividades práticas e colaborativas visa aumentar sua compreensão e participação ativa, o uso de diferentes formas de comunicação, como imagens, vídeos, dramatizações e recursos audiovisuais, que facilita a compreensão dos conteúdos e favorece o desenvolvimento das habilidades cognitivas.

Mantoan (2015) diz que os profissionais colaboram com os docentes regulares, eles trabalham de forma colaborativa com os professores proporcionando o suporte necessário para a aprendizagem. Psicopedagogos e terapeutas ocupacionais ajudam no desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e motoras dos estudantes.

Paulo Freire (2016), um dos maiores educadores brasileiros, defende que a educação deve ser um processo que respeite a individualidade do estudante e suas dificuldades, segundo ele, o psicopedagogo atua diretamente no processo de aprendizagem, observando e ajudando a superar as inúmeras barreiras que atrapalham no desenvolvimento acadêmico e social desses alunos.

Mantoan (2015) ressalta que, além das metodologias pedagógicas e do apoio especializado, a adaptação do ambiente escolar é um fator determinante para a inclusão dos alunos com deficiência intelectual, é essencial para garantir que os estudantes com deficiência intelectual possam acessar o ambiente de aprendizagem com segurança e autonomia. Isso inclui a acessibilidade física e o uso de recursos tecnológicos que favoreçam a aprendizagem,

muitas escolas municipais realizam reformas para garantir que suas instalações sejam acessíveis a todos, incluindo rampas de acesso, banheiros adaptados e sinalizações adequadas.

De acordo com Cavalcante (2012), a ideia de inclusão vai além da adaptação física do ambiente em que se encontra o aluno, envolve também a criação de um espaço em que a diversidade seja respeitada e celebrada. Cabe destacar que ambientes de aprendizagem acessíveis tem fundamental importância com o uso de salas de aula bem organizadas, com espaço suficiente para circulação, e mobiliário adequado às necessidades dos estudantes, contando também com sua sinalização clara, com a utilização de sinais visuais e táteis para orientar os estudantes, facilitando a identificação de áreas específicas, como banheiros adaptados, salas de apoio, entre outros.

Para Regina Kramer (2006), a capacitação e a formação contínua é um passo necessário para garantir que os professores saibam como agir diante das necessidades de cada aluno, e a formação dos mesmos é um dos principais fatores para se atingir o máximo de êxito na educação inclusiva. Vários municípios oferecem cursos especializados de capacitação contínua, seminários, voltados em estratégias de inclusão e no desenvolvimento de habilidades específicas para atender melhor os alunos com deficiência intelectual. O docente precisa estar preparado para conseguir atender às inúmeras diversidades e conseguir lidar com a diversidade em sala de aula, com total respeito e comprometimento.

O principal intuito dos projetos municipais é buscar e incorporar a família e a comunidade escolar no processo de inclusão, criando um ambiente de apoio e colaboração, a partir de reuniões periódicas com os pais e responsáveis, compartilhando o progresso dos alunos, discutindo estratégias pedagógicas e identificando novas necessidades de apoio. A orientação e o apoio à família tem se mostrado importante nesse processo, o oferecimento de serviços de apoio psicológico, social e pedagógico para as famílias, têm ajudando favoravelmente a lidar com os desafios do dia a dia e a apoiar o desenvolvimento do estudante em casa. Vygotsky (1994) aponta que a família tem um papel de fundamental importância na construção da identidade do aluno, sendo primordial que ela também participe do processo educativo e de inclusão.

Paulo Freire (1996) afirma que a sociedade deve ser educada para aceitar e valorizar as diferenças, promovendo um ambiente inclusivo não só na escola, mas em todos os aspectos da vida social.

Vygotsky (1994) ao defender a importância do ambiente social no desenvolvimento infantil, destaca também que a participação da família é fundamental para o sucesso da inclusão escolar. Ações de sensibilização da comunidade escolar e da sociedade no geral é

outro aspecto fundamental para garantir a inclusão social desses alunos, com a realização de campanhas de conscientização sobre as deficiências intelectuais, promovendo a inclusão não apenas no ambiente escolar, mas também na sociedade em geral.

Além de promover a inclusão educacional, os projetos municipais buscam preparar os alunos para a vida adulta e para o mercado de trabalho, por meio de programas de ensino profissionalizante e habilidades de vida. Atividades como oficinas de arte, culinária, jardinagem e outras habilidades práticas ajudam os estudantes a se tornarem mais independentes e autônomos, preparando-os para os desafios da vida adulta. Mantoan (2015), vem nos dizer que, a educação para a vida é a chave para a inclusão plena. Ensinar habilidades práticas e sociais prepara os alunos para serem cidadãos ativos e independentes.

Os projetos municipais para atender estudantes com deficiência intelectual são fundamentais para garantir o acesso à educação de qualidade e promover a inclusão, respeitando as necessidades de cada aluno, garantindo que os mesmos tenham acesso a uma educação de qualidade.

A implementação de programas de capacitação, habilidades de vida e ensino profissionalizante também contribui para a autonomia e a preparação para a vida adulta desses estudantes. Como destaca Paulo Freire (2016) a educação deve ser um processo de transformação que respeite a singularidade de cada aluno e promova a justiça social. A educação inclusiva, portanto, é um direito que deve ser promovido de forma abrangente e constante, como também um caminho para a construção de uma sociedade que respeita a diversidade e oferece oportunidades iguais para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo foi especulado sobre a ampliação do número de estudantes com DI matriculados como também a não permanência destes nas instituições de ensino devido a fatores ligados a sua deficiência, e quais seriam as ações que poderiam transformar essa realidade educacional com eficácia.

Nesse sentido foram feitas considerações sobre o que é deficiência intelectual, estudantes com deficiência e projetos dos municípios para alunos com deficiência nas escolas, considerando os argumentos trazidos, percebe-se que intervenções adaptadas e planejadas, refletindo sobre as necessidades específicas a cada estudante mostrou-se favorável a um aprendizado significativo. Ao adotar metodologias pedagógicas adequadas, fornecer apoio especializado, adaptar o ambiente escolar e integrar a família e a comunidade no processo, são

criadas condições para que os estudantes com deficiência intelectual possam se desenvolver plenamente, tanto no aspecto acadêmico quanto social.

Entende-se que os debates aqui levantados são relevantes para incentivar professores e gestores das escolas a buscar novas formas de inclusão ao aluno para que ele sinta-se acolhido e motivado a permanecer no ambiente escolar.

Mediante as contribuições dos autores aqui pesquisadas, estudos futuros podem se apropriar de maneira mais criteriosa, sobre aprendizagem, buscando favorecer o planejamento inclusivo e criar condições de ensino que abarque a todos sem distinção.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES- AAIDD. *Definition of Intellectual Disability*. Washington, D.C: AAIDD, 2024. Disponível em: <http://aaidd.org/intellectual-disability/definition>
<http://www.msmanuals.com/pt/profissional/pediatria/dist%C3%BArbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/transtornos-do-espectro-autista>

AVANCINI, M. **Educação inclusiva na Conae: desigualdades e diferenças na ordem do dia.**

Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/educacao-inclusiva-na-conae-2024-desigualdades-e-diferencas-na-ordem-do-dia/> Acesso em: 12 de nov.de 2024

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Seção 1, p. 12. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 28 nov. 2024

BRASIL, Ministério da Saúde. PORTARIA CONJUNTA Nº 21, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020. Aprova o Protocolo para o Diagnóstico Etiológico da Deficiência Intelectual. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt/arquivos/2020/deficiencia-intelectual-protocolo-para-o-diagnostico-etiológico.pdf>

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Recuperado em 10 jan. 2018, de Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 28 nov. 2024

BRASIL. Ministério da Educação MEC/SECADI. Política nacional de educação especial na

perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2008.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>.

BRUNER, J. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001

CAVALCANTE, S. **Inclusão e diversidade na escola**. São Paulo: Cortez, 2012

CARVALHO, R. E.. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. Cortez, 2019

CERVO, A. L.; SILVA, R. da ; BERVIAN, P. A. P. **Metodologia Científica** - 6ª Ed.. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRESCER. **Direitos das crianças com deficiência no Brasil**.

Disponível em:

<https://revistacrescer.globo.com/criancas/comportamento/noticia/2023/12/direitos-das-criancas-com-deficiencia-no-brasil-quais-sao-e-como-garantir.ghtml> Acesso em: 12 de nov.de 2024

DA SILVA, Antonio Luiz et al. A Deficiência Intelectual Em Debate: Do Conceito ao Diagnóstico. **Revista Campo do Saber**, v. 8, n. 2, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

KRAMER, R. **Educação e inclusão: desafios e perspectivas**. São Paulo: Loyola, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **A inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2015.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.*] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf>.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. Ed. Rio de

Janeiro: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, V. B. **O brincar de 0 a 6 anos**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Maria Aparecida. **A inclusão escolar de alunos com deficiência: desafios e perspectivas**. 2. Ed. São Paulo: Editora X, 2020.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B.G.E.. **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, n.2, p. 293-308, abr. 2017

SILVA, A. L. da; PEREIRA, M. C. A. **A deficiência intelectual: características e estratégias pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, n. 3, p. 215-229, 2021.

UNICEF. (2021). **Há quase 240 milhões de crianças com deficiência no mundo**. Brasília, DF: Autor. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ha-no-mundo-quase-240-milhoes-de-criancas-com-deficiencia-revela-analise-do-unicef> Acesso: 12/11/ 2024

VYGOTSKY, L.S. **Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.